



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA – CNA

Filiada na Coordenadora Europeia Via Campesina – Sede: Bruxelas

APESAR DOS DISCURSOS, 2011 FICARÁ COMO MAIS UM ANO NEGRO PARA A AGRICULTURA NACIONAL

Os recentes dados do INE não deixam margem para dúvidas, 2011, é mais um ano negro para a agricultura nacional com uma quebra no rendimento da actividade agrícola que deverá chegar aos 10,7% e o desaparecimento de mais 16.000 UTAs (unidades de trabalho ano) de mão-de-obra agrícola.

Mas estes dados, mais do que nos indicar um mau ano agrícola por situações conjunturais, traduzem a continuação de más políticas agrícolas e o caminho do definhamento da agricultura nacional que levou ao desaparecimento, nestes últimos 20 anos, de 295 mil explorações (metade das que existiam em 1989) e de 10% da Superfície Agrícola útil e ao actual défice agro-alimentar nacional.

É esta realidade que leva a CNA a reafirmar que continua a haver uma profunda contradição entre o discurso dos diversos Órgãos de Soberania e a prática política, ou, por vezes, a inoperância política, em face da crise que se vive na agricultura nacional.

Importa pois recordar, neste findar de ano, algumas das dificuldades acrescidas que foram impostas à agricultura e aos agricultores e o que se desenha para 2012:

Factores de produção

Em 2011 continuou a assistir-se ao aumento exponencial dos preços dos factores de produção para a agricultura, nomeadamente do gasóleo e electricidade (+14,3%), rações (+13,2%), adubos (+18,9%) e pesticidas (+1,6%), para o que contribuiu o aumento da taxa máxima do IVA no início do ano, de 21% para 23% e, posteriormente, o agravamento da taxa na electricidade e no gaz de 6% para 23%, tendo, como se tal não bastasse, sido eliminada a ajuda à “electricidade verde”.

Dificuldades no acesso ao crédito bancário

No que respeita ao acesso ao crédito, em 2011, os agricultores viram a situação agravar-se significativamente, com cada vez mais restrições no seu acesso, custos processuais cada vez mais elevados e taxas de juro inoportáveis, inviabilizando a comparticipação própria nos projectos de investimento.

Redução no Orçamento do Ministério da Agricultura e Fundos Comunitários

Mais uma vez o Orçamento para Agricultura registou um corte no OE para 2011 de cerca de 4%, acompanhando a tendência continuada para o definhamento das verbas para este sector e que desde 2005 já totalizam cerca de 600 milhões, uma redução de 100 milhões ao ano, e que, em termos percentuais, representa já uma redução acumulada de 25% face às verbas disponíveis em 2005.

Tal, inevitavelmente, tem levado às constantes notícias de perda de fundos comunitários por parte de Portugal, quer por incapacidade dos serviços em cumprirem com as regras de controlo a que estão obrigados, quer pela falta de execução e incumprimentos (mesmo com a regra N+2).

Escoamento e Preços na Produção

Apesar de em 2011 se ter continuado assistir ao aumento dos preços dos alimentos nos mercados mundiais e por conseguinte nos consumidores, a produção nacional, de uma forma global, em nada beneficiou deste aumento, sendo que na produção vegetal há mesmo uma quebra de preços de 2,8%. Tal, leva a CNA a afirmar, mais uma vez, que a volatilidade dos preços dos alimentos resulta da especulação das multinacionais do Agro-negócio e não de factores concretos no terreno.

Assim, em 2011, ao mesmo tempo que caía o rendimento na produção, assistimos ao crescimento exponencial dos lucros das multinacionais da distribuição e da comercialização e ao agravamento das injustiças na distribuição do valor acrescentado ao longo da cadeia alimentar.

Recordar, o alargamento da proliferação das grandes superfícies ao interior do território nacional, as alterações legislativas com vista ao alargamento do seu horário de funcionamento e as campanhas falsas, dessas mesmas grandes superfícies, tentando escamotear o seu papel de “embaixadores” do produto agrícola importado e de grandes responsáveis pelo esmagamento dos preços e pelas dificuldades de escoamento da produção nacional.

Mas se 2011 fica na lembrança pelas piores razões, as perspectivas para 2012 só apontam para o agravamento das dificuldades, de onde se destaca:

- Aplicação das correcções efectuadas ao parcelário agrícola com retroactividade, quebrando-se uma promessa do Ministério da Agricultura às Organizações de Agricultores. Tal, poderá implicar uma redução generalizada das Ajudas Comunitárias ou até mesmo a devolução da totalidade das verbas para alguns Agricultores;
- Redução da taxa de co-financiamento no PRODER e com ela um corte de 290 milhões de euros no investimento nacional na agricultura, o que implicará o encerramento definitivo da medida de apoio à modernização, ficando a agricultura nacional, provavelmente até ao início de 2016, durante 4 anos, sem qualquer medida de estímulo à sua modernização à excepção da instalação de jovens agricultores;
- Aumento dos custos com a sanidade animal uma vez que o Orçamento de Estado para 2012 eliminou totalmente as verbas do financiamento público às suas acções;
- O anunciado fim do actual sistema de seguros agrícolas sem que esteja construída uma alternativa e em consequência do corte, previsto também no OE 2012, no financiamento público ao chamado SIPAC. Isto numa altura em que cada vez mais os agricultores estão sujeitos aos prejuízos causados por questões climáticas.

Por último, a CNA, apesar da profunda crise em que se encontra a agricultura nacional, gostaria de deixar uma mensagem de esperança de que é possível alterar as políticas agrícolas e o actual caminho, sendo para isso de extrema importância continuar a acreditar, agir com maior união, mobilização e luta por parte das Agricultoras e dos agricultores Portugueses.

Coimbra, 30 de Dezembro de 2011

A Direcção Nacional da CNA